

LITERACIA FINANCEIRA NO PROGRAMA INTERNACIONAL PARA AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES

Ana Elisa Esteves Santiago*

António Manuel Dias Domingos**

Amarildo Melchiades da Silva***

Resumo

O presente artigo discute a concepção de Literacia Financeira presente no Programa Internacional para Avaliação de Estudantes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico que foi incorporada aos domínios Leitura, Matemática e Ciências como tema de avaliação a partir de 2012. De maneira descritiva, apresentamos a proposta da organização sobre educar financeiramente os cidadãos de seus países-membros a partir de sua caracterização de educação financeira e Literacia Financeira que norteou a elaboração da avaliação. A materialização da proposta é apresentada a partir da disponibilização pela organização de algumas questões das provas aplicadas nos anos de 2012 e 2015. Nossa análise sobre a temática passa pela reflexão de sua inserção na escola; desse modo, ao invés de tomarmos uma posição sobre o que foi exposto ao longo do texto, optamos por abrir questões que podem lançar mais luz sobre a proposta para professores, pesquisadores e estudantes com interesse no tema.

Palavras-chave: Educação financeira. Literacia Financeira. Avaliação em larga escala. OCDE. PISA.

INTRODUÇÃO

Este artigo discute a inserção do tema Literacia Financeira¹ no projeto de avaliação em larga escala proposto pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), uma organização internacional e intergovernamental constituída atualmente de 36 países-membros². Nos trabalhos que desenvolve, as metas são alcançadas através de um processo de coleta e análise de informações sobre um grande número de assuntos que cobrem os mais diversos temas, tais como comércio, migrações, energia, indicadores económicos, educação e saúde. Com isso, a organização possui uma extensa fonte de dados estatísticos, económicos e sociais sobre seus países-membros e sobre países não membros em todo o mundo.

A dinâmica de trabalho da organização passa pelo desenvolvimento de estudo sobre temas de interesse dos países-membros, cujas informações são coletadas gerando propostas que, decididas sob consenso em seu conselho

* Doutora em Educação Matemática pela Universidade de Salamanca/Espanha. Docente da Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal. E-mail: elisa_santiago@hotmail.com

** Doutor em Ciência da Educação pela Universidade Nova de Lisboa/ Portugal. Docente da Universidade Nova de Lisboa, Portugal. E-mail: amdd@fct.unl.pt

*** Doutor em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista/Brasil. Docente da Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. E-mail: amarildo.melchiades@uff.edu.br

ministerial, são colocadas em prática sob a forma de decisões e recomendações nos países-membros e nos países não membros que são convidados a subscrever os acordos e tratados.

Segundo a organização, as informações visam auxiliar os governos e a sociedade na tomada de decisões, uma vez que trata da compreensão de questões emergentes e permitem a identificação de soluções que podem ser usadas pelos decisores políticos. Desse modo, a OCDE, segundo sua própria concepção, constitui-se como um espaço no qual os governos compartilham experiências e buscam soluções para problemas comuns.

Como parte desse esforço, a OCDE criou, no ano de 1997, o *PISA – Programme for International Student Assessment* (Programa Internacional para Avaliação de Estudantes), com o objetivo de avaliar os sistemas de ensino a nível internacional, testando o conhecimento e as habilidades de estudantes na faixa de 15 anos de idade, período em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos seus países-membros³.

O Programa é desenvolvido e coordenado pela Organização e em cada país participante existe uma coordenação nacional. Em Portugal, está sob a responsabilidade do Instituto de Inovação Educativa, um instituto público de regime especial que tem como parceiro o Ministério da Educação⁴; no Brasil, ficou a cargo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação brasileiro.

A visão expressa pela OCDE, ao propor o programa, é de que, apesar de a maioria dos países monitorarem a aprendizagem e o desempenho dos seus alunos, em uma economia global, o critério para o sucesso não é mais a melhoria dos padrões nacionais unicamente, mas também dos padrões internacionais. Sendo assim, a avaliação é elaborada dentro de uma

proposta internacionalmente aprovada e que fornece uma base para a colaboração entre os países participantes na definição e implementação de políticas educacionais. Como consequência, os dados coletados nas avaliações devem produzir indicadores que orientem os governos em decisões políticas na área educacional.

A partir do ano 2000, a cada três anos, um grupo de estudantes de cada país participante foi selecionado de forma aleatória para fazer testes sobre Leitura, Matemática e Ciências. Assim, nos anos de 2000 e 2009, o foco da avaliação esteve na Leitura; em 2003 e 2012, a avaliação foi em Matemática; e em 2006 e 2015, em Ciências. No ano de 2012, em conjunto com a avaliação em Matemática, aconteceu a primeira avaliação sobre Letramento Financeiro, que será discutido na próxima seção. No ano de 2015, foram incluídas a avaliação em Ciências, os domínios de Letramento Financeiro e a Resolução Colaborativa de Problemas. No ano de 2018, a avaliação foi feita nos domínios de Leitura, Matemática, Ciências e Letramento Financeiro.

Neste artigo, nosso interesse está na inserção no domínio de Letramento Financeiro no PISA. É o que passaremos a discutir.

1. LITERACIA FINANCEIRA NO PISA

No ano de 2003, a OCDE aprovou um programa de educação financeira que visava educar financeiramente os cidadãos de seus países-membros e dos países não membros, como o Brasil, que participa dos projetos e das ações da organização. A proposta considerou que governos, pesquisadores e educadores necessitavam de dados de qualidade sobre os níveis de Literacia Financeira dos estudantes, a fim de que fosse possível informar aos interessados sobre as estratégias de educação financeira e sobre a implementação de programas nas escolas através da identificação das prioridades (OECD, 2005a).

Os estudos e as pesquisas da OCDE foram norteados pela definição de educação financeira proposta nos seguintes termos:

Educação financeira é o processo pelo qual os consumidores financeiros/investidores melhoram a sua compreensão sobre os conceitos e produtos financeiros e, através da informação, instrução e/ou aconselhamento objetivos, desenvolvam as habilidades e a confiança para tomar consciência de riscos e oportunidades financeiras, para fazer escolhas informadas, saber onde buscar ajuda e tomar outras medidas eficazes para melhorar a sua proteção e o seu bem-estar financeiro (OECD, 2005b, p. 26).

O resultado dos estudos desenvolvidos pela organização materializou-se no PISA 2012, em que uma pesquisa internacional de grande escala foi efetivada para avaliar a literacia Financeira dos jovens de 15 anos de idade em vários países. Os peritos pretendiam medir a proficiência dos estudantes dessa faixa etária em mostrar e aplicar conhecimentos e habilidades sobre o tema (OECD, 2012).

A organização entendeu que uma coleta de dados sólida e internacionalmente comparável sobre a Literacia Financeira dos estudantes possuiria os seguintes benefícios: fornecer informações que pudessem indicar se a atual abordagem para a educação financeira era eficaz, comparar os níveis de Literacia Financeira entre os países para identificar aqueles países que possuíam melhores níveis e identificar estratégias eficazes e boas práticas, conhecer os desafios comuns aos países e buscar soluções internacionais para os problemas.

Nessa direção, a expectativa é de que os estudos internacionais, comparando a Literacia Financeira entre os países e os dados coletados, proporcionem a todos os interessados:

- informações sobre lacunas no conhecimento financeiro dos jovens que possam colaborar com o desenvolvimento de programas e políticas mais específicas;
- uma indicação de como a educação financeira oferecida nas escolas está melhorando o nível da Literacia Financeira dos estudantes;

- uma oportunidade de identificar as melhores práticas, observando o *ranking* dos países em termos de Literacia Financeira; e, em última análise,
- dados comparáveis ao longo do tempo, permitindo a avaliação do impacto das iniciativas de educação financeira em escolas e a identificação das opções para melhoria da eficiência dos cursos (OECD, 2012, p. 11).

Assim, na edição do PISA 2012, a Literacia Financeira foi um componente opcional do programa no qual os países participantes decidiriam sobre sua inclusão ou não. Em 2011, um pré-teste foi aplicado em 13 países da OCDE e em cinco economias parceiras. O Brasil participou do pré-teste e optou por não avaliar os estudantes brasileiros em Literacia Financeira no ano seguinte.

O grupo de peritos que desenvolveu o teste partiu da seguinte definição de trabalho de Literacia Financeira desenvolvida para o PISA 2012, explicitada nos seguintes termos:

Literacia financeira é o conhecimento e entendimento de conceitos e riscos financeiros, e a habilidade, motivação e confiança em aplicar tal conhecimento e entendimento tomando decisões efetivas em vários contextos financeiros a fim de melhorar o bem-estar financeiro do indivíduo e da sociedade e permitindo a participação na vida econômica (OECD, 2012, p. 13).

O que o documento quer ressaltar com essa definição é que o foco da avaliação está em verificar a capacidade dos jovens em usar os seus conhecimentos e suas habilidades de modo a enfrentar os desafios de uma vida real para além da escolaridade obrigatória em vez de apenas dominar o conteúdo curricular específico. Nessa direção, eles observam:

Literacia Financeira é vista como um conjunto em expansão de conhecimentos, habilidades e estratégias que o indivíduo desenvolve durante sua vida, mais do que uma quantidade fixa, uma fronteira que tem que ser cruzada, estando o analfabetismo de um lado e a alfabetização do outro. Literacia envolve mais do que a reprodução de conhecimento acumulado, apesar de que a mensuração do conhecimento financeiro prévio seja um elemento importante de avaliação.

Ela também envolve a mobilização de aptidões cognitivas e práticas, assim como outros recursos como atitude, motivação e valores. O PISA 2012, avaliação de Literacia Financeira, baseia-se em uma variedade de conhecimentos e habilidades associadas com o desenvolvimento da capacidade de lidar com as exigências financeiras do dia a dia da sociedade contemporânea (OECD, 2012, p. 13).

Mas a dúvida que ficava para os pesquisadores e professores é: como esta proposta seria materializada nas questões da avaliação sobre Literacia Financeira? Esta dúvida foi esclarecida com a publicação da OCDE de alguns exemplos de questões⁵ das avaliações de 2012 e 2015, que apresentaremos na seção seguinte.

2. EXEMPLOS DE ITENS SOBRE LITERACIA FINANCEIRA

Com a disponibilização de itens sobre Literacia Financeira pela OCDE, selecionamos dois itens do PISA 2012 e dois itens do PISA 2015. No primeiro item, é dado um contexto cotidiano intitulado *No Mercado*, no qual os estudantes devem aplicar o conceito básico de valor para o dinheiro. Como explicitado no documento, um artifício foi introduzido no teste para melhorar a comparabilidade entre os países em termos de avaliação: em várias questões, considera-se um país imaginário chamado de Zedelândia, no qual o Zed é a unidade de moeda. Vejamos o exemplo:

Literacia Financeira – Exemplo 1 – No Mercado

Você pode comprar tomates por quilo ou por caixa.



2,75 zeds por kg

22 zeds pela caixa de 10 kg



Questão 1: No Mercado

É mais negócio comprar tomate por caixa do que avulso. Fundamente essa afirmação.

Fonte: OECD (2012)

A avaliação considera correta a resposta quando os estudantes apresentam uma comparação entre as duas opções de comprar. Algumas respostas dos estudantes consideradas corretas são apresentadas:

- O tomate avulso custa 2,75 zeds/kg e apenas 2,2 zeds/kg quando vendido em caixa.
- Porque 10 kg de tomate avulsos custariam 27,50 zeds.
- Você recebe mais tomates por zeds quando você compra em caixa (OECD, 2012, p. 17).

Outro exemplo de item para avaliação foi intitulado *Opções de Gastos*, no qual os estudantes são submetidos a uma situação abordando planejamento e gestão de finanças em um contexto considerado relevante para jovens de 15 anos (OECD, 2012, p. 19):

Literacia Financeira – Exemplo 2 – Opções de Gastos

Claire e seus amigos estão alugando uma casa.

Todos estão trabalhando há dois meses.

Eles não têm qualquer poupança.

Eles ganham por mês e acabaram de receber o pagamento.

Eles elaboraram uma lista de “tarefas”

Tarefas

- Instalar TV a cabo
- Pagar o aluguel
- Comprar móveis para a área externa

Pergunta 2: Opções de Gastos

Qual das tarefas necessita atenção imediata de Claire e de seus amigos? Circule o “sim” ou o “não” para cada tarefa.

TAREFA	É A TAREFA QUE DEVE RECEBER IMEDIATA ATENÇÃO?
Instalar TV a cabo	Sim / não
Pagar o aluguel	Sim / não
Comprar móveis para a área externa	Sim / não

Fonte: OECD (2012)

A proposta da questão era avaliar a prioridade de gastos dos estudantes para a situação proposta no contexto ao operar dentro de um orçamento. Além disso, a questão pretendia realçar a distinção entre desejos e necessidades.

Na avaliação sobre Letramento Financeiro de 2015, dois itens foram disponibilizados pelo Inep (INSTITUTO, 2016) e os reproduzimos a seguir:

Erro Bancário

David é cliente do Banco Zed. Ele recebeu esta mensagem de *e-mail*.

Prezado Cliente do Banco Zed,

Ocorreu um erro no servidor do Banco Zed e os seus dados de acesso à internet foram perdidos. Portanto, você não tem acesso ao serviço de *Internet Banking*.

O mais importante é que sua conta não está mais segura.

Por favor, clique no *link* abaixo e siga as instruções para restaurar o acesso.

Você será solicitado a fornecer seus dados bancários pela internet.

<https://ZedBank.com/>

ZedBank

Questão 1: Erro Bancário

Qual das afirmações abaixo seria um bom conselho para David?

Circule “Sim” ou “Não” para cada afirmação.

Fonte: INSTITUTO, 2016

AFIRMAÇÃO	ESSA AFIRMAÇÃO É UM BOM CONSELHO PARA DAVID?
Responder à mensagem de <i>e-mail</i> e fornecer seus dados bancários pela internet.	Sim / não
Responder à mensagem de <i>e-mail</i> e pedir mais informações.	Sim / não
Contactar o seu banco para saber sobre a mensagem do <i>e-mail</i> .	Sim / não
Se o <i>link</i> é o mesmo que consta no endereço eletrônico do seu banco, clicar no <i>link</i> e seguir as instruções.	Sim / não

Fonte: (INSTITUTO, 2016)

Note que este item segue a mesma estrutura do item anterior Opção de Gastos, tratando-se de uma situação que pode acontecer às pessoas no seu dia a dia. Já o segundo item diz respeito a uma fatura de banco:

Fatura

Sara recebe esta fatura pelo correio:

Boas Compras

Fatura

Número da Fatura: 2034

Data de emissão: 28 de fevereiro

Sara Santos
Rua da Esperança, 100
Bairro do Sol
Zedelândia 0310

Boutique Boas Compras
Rua do Desconto, 10
Bairro Alvorada
Zedelândia 0320

Código do Produto	Descrição	Quantidade	Custo Unitário	Total (excluindo imposto)
C011	camiseta	3	20	60 zeds
J023	jeans	1	60	60 zeds
CH002	echarpe	1	10	10 zeds

Fonte: INSTITUTO, 2016

Total Excluindo Impostos: 130 zeds
Imposto 10%: 13 zeds
Taxa de postagem: 10 zeds
Total incluindo impostos: 153 zeds
Valor pago: 0 zeds

Total devido: 153 zeds
Data do vencimento: 31 de março

Questão 1: Fatura

Por que esta fatura foi enviada para Sara?

- A) Porque Sara precisa pagar esta conta para a Boutique Boas Compras.
- B) Porque a Boutique Boas Compras precisa pagar esta conta para Sara.
- C) Porque Sara já pagou esta conta para a Boutique Boas Compras.
- D) Porque a Boutique Boas Compras já pagou esta conta para Sara.

Questão 2: Fatura

Quanto a Boutique Boas Compras cobra pelo serviço de entrega das roupas?

Valor da entrega em zeds:

Fonte: INSTITUTO, 2016

O que podemos observar nos quatro itens da avaliação é que eles tratam de situações cotidianas ligadas à tomada de decisões e armadilhas que surgem a todo o momento na vida das pessoas. Observamos que a proposta dos itens está em consonância com o propósito colocado pelos peritos no que diz respeito à formação dos jovens que caminham para a vida adulta e para sua participação ativa na sociedade.

Observamos ainda que nossa análise da proposta do PISA esteve voltada para explicitar a proposta de Educação Financeira que a OCDE pretende avaliar focando a Literacia Financeira dos estudantes, o que nos permite entender melhor qual é a perspectiva da organização para a formação dos estudantes e, como consequência, para seu ensino na escola. Assim, não estivemos interessados em aprofundar sua fundamentação teórica nem sua metodologia de análise da avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos estudos sobre o projeto de educação financeira lançado pela OCDE têm como objetivo último investigar sobre a inserção e manutenção da educação financeira na escola. O caráter descritivo da exposição teve como finalidade explicitar a maneira como o tema é tratado nos documentos oficiais da organização e de seus representantes em outros países. Porém, não estamos alheios a incluir, em nossas reflexões, estudos como aquele desenvolvido por Morgan (2013), que analisou o PISA em um contexto econômico-político dentro do que ela chamou de uma racionalidade política mais ampla do Neoliberalismo e as consequências decorrentes dessa perspectiva. Mas esse não é o foco deste artigo.

Sendo assim, gostaríamos de chamar a atenção para alguns pontos do projeto de educação financeira da OCDE e que vão implicar na maneira como o PISA é concebido.

Em primeiro lugar, sua concepção de educação financeira sugere que ela deve ser entendida como sinônimo de finanças pessoais. E, como consequência, a proposta do PISA é avaliar Literacia Financeira pessoal, como expresso no documento da organização, nos seguintes termos: “A Literacia Financeira está preocupada com a forma como o indivíduo entende, gerencia e planeja as questões financeiras pessoais e de sua família” (OECD, 2012, p. 14).

Apesar de alguns documentos da organização sugerirem que uma pessoa educada financeiramente tem impacto sobre a sociedade em geral, contribuindo para a estabilidade nacional e até mesmo mundial, fica visível que este não é o foco de sua proposta. Sobre esta perspectiva, a questão que levantamos para pensar uma proposta futura de currículo é: no ambiente escolar, o ensino de educação financeira deverá ter como foco finanças pessoais ou haveria algo mais a tratar?

Um outro ponto que ressaltamos da proposta da OCDE é aquele que sugere que a educação financeira deve preparar os estudantes para a vida adulta. Essa visão é claramente materializada na proposta de avaliação do PISA ao tentar avaliar as concepções sobre situações bem específicas de um adolescente que se prepara para a vida adulta. Como consequência, um currículo elaborado sobre esta concepção deveria, obviamente, atender a essa demanda.

Esta constatação nos remete a uma nova questão: um currículo de educação financeira para a escola deveria discutir temas tão específicos como aqueles apresentados nos exemplos de itens do PISA ou deveria discutir temas mais gerais na direção de educar financeiramente os estudantes? Pois, ao focarmos em temas tão locais (no sentido cultural e geográfico), estaríamos supondo que todos os estudantes passariam pelos mesmos tipos de situações financeiras. Por outro lado, consideramos que seria impossível tratar todas as situações financeiras rotineiras que vivenciam os estudantes em sua formação em educação financeira.

Por outro lado, um dos pontos destacados pelos documentos oficiais da OCDE que achamos bastante pertinente é o entendimento de que educação financeira não se reduz a mera informação sobre finanças pessoais ou apenas a dominar um conteúdo curricular específico, mas seu ensino deveria envolver conhecimento financeiro, compreensão, habilidades, comportamentos, atitudes e valores. Porém, esta característica leva a outra questão: é possível esperar que, a partir do ensino formal, os estudantes desenvolvam habilidades, mudem comportamentos e atitudes e assumam atitudes e valores? Essa expectativa não poderia levar a uma proposta catequizadora de ensino de alguma perspectiva entendida como a correta em detrimento de outras visões de ensino?

Outro ponto identificado no projeto de educação financeira da organização diz respeito aos atores envolvidos na inserção da educação financeira na

escola. Na visão da OCDE, eles não estão reduzidos a membros naturais desse meio, professores, por exemplo. Mas, em quase a totalidade dos países, o ensino tem sido organizado por instituições financeiras e ministrados por seus representantes.

Uma análise global dos documentos oficiais da organização, por exemplo, Mundy (2008), sugere que as diversas questões e desafios apresentados pelos estudos da OCDE são, de fato, as questões que deverão ser discutidas em qualquer proposta de inserção do assunto na escola. Por outro lado, uma questão que naturalmente se instala ao analisar a proposta de avaliação da organização é se a justificativa de um mundo globalizado e com muitos problemas em comum é suficiente para a proposição de uma avaliação genérica em larga escala a todos os países e gerar padrões educacionais internacionais a partir daí.

Nossa reflexão sobre essa questão sugere que, se considerarmos que fatores culturais e sociais interferem diretamente na relação das pessoas com o dinheiro, somos levados a entender que uma avaliação em larga escala comum a todos os países fica mais distanciada de uma proposta atraente. Identificamos assim uma longa distância entre a proposta de avaliação e o que é possível “medir” com a metodologia de avaliação em larga escala. Nosso argumento se baseia na perspectiva comum a vários educadores que concordam que os efeitos da educação sobre as pessoas não é algo mensurável e visível em um curto espaço de tempo. No caso da educação financeira, por exemplo, a proposta de se submeter estudantes à imersão em cursos de curta duração e avaliá-los imediatamente após essa imersão já indicou resultados desanimadores.

Portanto, consideramos que a proposta da OCDE de educar financeiramente a população terá resultados importantes para as nações e para o futuro dos estudantes, mas devemos investigar qual seria a formação desejável para ser introduzida na escola. E, com respeito às avaliações em larga escala, ficamos, por enquanto, com seu efeito positivo – seu caráter diagnóstico.

FINANCIAL LITERACY IN THE INTERNATIONAL STUDENTS ASSESSMENT PROGRAMME

Abstract

This article discusses the conception of Financial Literacy present in the International Students Assessment Programme of the Organization for Economic Cooperation and Development, which was incorporated into the fields of Reading, Mathematics and Science as an evaluation subject since 2012. In a descriptive way, we present the proposal of the organization on financially educating the citizens of their member countries based on its characterization of Financial Education and Financial Literacy, which guided the elaboration of the evaluation. The materialization of the proposal is presented starting from the availability by the organization of some questions of the tests applied in the years of 2012 and 2015. Our analysis on the subject is based on the reflection of its insertion in the school; in this way, rather than taking a position on what has been exposed throughout the text, we have chosen to open up questions that may enrich the proposal for teachers, researchers and students with an interest in the subject.

Keywords: Financial Education. Financial Literacy. Evaluation in large scale. OECD. PISA.

ALFABETIZACIÓN FINANCIERA EN EL PROGRAMA INTERNACIONAL DE EVALUACIÓN DE ESTUDIANTES

Resumen

El presente artículo discute la concepción de Alfabetización Financiera presente en el Programa

Internacional para la Evaluación de Estudiantes de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico que se incorporó a los campos Lectura, Matemáticas y Ciencias como tema de evaluación a partir del 2012. De manera descriptiva, presentamos la propuesta de la organización sobre educar financieramente a los ciudadanos de sus países miembros a partir de su caracterización de Educación Financiera y Alfabetización Financiera que orientó la elaboración de la evaluación. La materialización de la propuesta se presenta a partir de la disponibilidad por la organización de algunas cuestiones de las pruebas aplicadas en los años 2012 y 2015. Nuestro análisis sobre la temática, pasa por la reflexión de su inserción en la escuela; de este modo, en lugar de tomar una posición sobre lo que fue expuesto a lo largo del texto, optamos por abrir cuestiones que pueden arrojar más luz sobre la propuesta para profesores, investigadores y estudiantes con interés en el tema.

Palabras clave: Educación Financiera. Alfabetización Financiera. Evaluación en gran escala. OCDE. PISA.

NOTAS

- ¹ Financial literacy será traduzido, neste artigo, por Literacia Financeira. Porém, no Brasil, o termo foi traduzido por Letramento Financeiro. Assim, quando nos referirmos a informações sobre o Brasil, usaremos o segundo termo.
- ² São países membros da OCDE: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Islândia, Israel, Irlanda, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, México, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, República Checa, República Eslovaca, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia.
- ³ Uma análise histórica da criação do PISA pode ser encontrada em Lundgren (2013).
- ⁴ A proposta de ensino de educação financeira em Portugal pode ser conhecida no documento Dias et al. (2013).
- ⁵ As questões de prova são designadas pelos avaliadores de itens.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *PISA 2015: análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes na avaliação*. São Paulo. Fundação Santillana, 2016. Disponível em: <Portal.inep.gov.br/ações_internacionais/pisa/itens/2015/letramento-financeiro-português-pisa.pdf >. Acesso em: 08 mar. 2018.

DIAS, António; et al. *Referencial de educação financeira para a educação pré-escolar, o ensino básico, o ensino secundário e a educação e formação de adultos*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 2013.

LUNDGREN, Ulf P. PISA como instrumento político. La historia detrás de la creación del Programa PISA. *Professorado: Revista de Currículum y formación del profesorado*. v.17, nº. 2, mayo-agosto, p.15-29, 2013. Disponível em: <http://www.ugr.es/~recfpro/rev172ART1.pdf >. Acesso em: 24 nov. 2017.

MORGAN, Clara. Construyendo el programa para la evaluación internacional de estudiantes de la OCDE (PISA). *Professorado: Revista de Currículum y formación del profesorado*. v.17, n. 2, may./ago., p.31-45, 2013. Disponível em: <http://www.ugr.es/~recfpro/rev172ART1.pdf.>. Acesso em: 24 nov. 2017.

OECD. *Improving financial literacy: analysis of issues and policies*. OECD, 2005a. Disponível em: < http://www.browse.oecdbookshop.org/oecd/pdfs/product/2105101e.pdf >. Acesso em: 12 out. 2011.

OECD. *Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness*. Directorate for financial and enterprise affairs. Jul. 2005b. Disponível em: <http://www.oecd.org >. Acesso em: 28 out. 2011.

OECD. *PISA 2012 Financial Literacy Assessment Framework*. Paris, 2012. Disponível em: < www.oecd.org/pisa/pisaproducts/46962580.pdf. >. Acesso em: 15 jun. 2012.

Enviado em 29 de julho de 2018.

Aprovado em 24 de agosto de 2018.